

CONSELHO ESTADUAL DE RECURSOS HÍDRICOS - CERHI

Ata da 13ª Reunião Ordinária do CERHI;

1  
2  
3 No Primeiro dia do mês de Junho de 2016, (01/06/2016), às 9:00 horas, em  
4 segunda chamada, no Auditório Jaime Câmara, no 9º Andar do Palácio Pedro  
5 Ludovico Teixeira, foi realizada a Décima Terceira (13ª) reunião do Conselho  
6 Estadual de Recursos Hídricos que foi presidida, por indicação do Presidente  
7 do Conselho VILMAR DA SILVA ROCHA, pelo Secretário Executivo da  
8 Secretaria de Meio Ambiente, Recursos Hídricos, Infraestrutura, Cidades e  
9 Assuntos Metropolitanos (SECIMA) e Conselheiro do CERHI, **MÁRIO**  
10 **JOÃO DE SOUZA**; Item I – Abertura da sessão e verificação do quórum;  
11 participaram da reunião os seguintes conselheiros: ANDRÉ DE OLIVEIRA  
12 AMORIM da Secretaria de Estado de Desenvolvimento Econômico,  
13 Científico e Tecnológico e de Agricultura, Pecuária e Irrigação – (SED);  
14 CLÁUDIO RODRIGUES DA SILVA da Agência Goiana de Regulação,  
15 Controle e Fiscalização de Serviços Públicos – (AGR); ÉRICO EMÍLIO  
16 COELHO e HENRIQUE LUIS ARAUJO da Empresa de Saneamento de  
17 Goiás S/A - (SANEAGO); ANTÔNIO MARTINS BORGES NETO da  
18 Companhia Energética de Goiás - (CELG); ALÉCIO MARÓSTICA da  
19 Associação dos Irrigantes do Estado de Goiás – IRRIGO-GO; PEDRO  
20 SILVÉRIO PEREIRA e ELAINE FARINELLI LOPES NORONHA da  
21 Federação das Indústrias do Estado de Goiás – (FIEG); WILSON DE  
22 AZEVEDO FILHO da Associação de Mineradores de Águas Termais de  
23 Goiás – (AMAT-GO); FABRÍCIO RIBEIRO e FRANCISCO GANZER  
24 NETO do Conselho Regional de Engenharia e Arquitetura de Goiás –  
25 (CREA-GO); MAURÍCIO DA VEIGA JARDIM e REGINALDO PASSOS  
26 do Fórum Goiano de Comitês de Bacias Hidrográficas – (FGCBH); LUIZ  
27 CARLOS ZYTKUEWISZ do Cadastro das Entidades Ambientais de  
28 Goiás – (CEAmG); MARCOS ANTONIO CORRENTINO DA CUNHA e  
29 Prof. JOSÉ VICENTE GRANATO DE ARAUJO da Associação Brasileira de  
30 Recursos Hídricos – (ABRH); Dra. SUELENA CARNEIRO CAETANO  
31 FERNANDES JAYME do Ministério Público do Estado de Goiás – MP-GO;  
32 e como ouvintes YARA VANESSA P. FONSECA da Saneago e MARIO  
33 CESAR GUERINO da Associação Brasileira de Engenharia Ambiental e  
34 Sanitária seção de Goiás – ABES – GO; Conferida a Lista de presença e  
35 confirmado o quorum necessário, o Presidente da Reunião, conselheiro Mário  
36 João de Souza, abriu os trabalhos saudando e agradecendo a presença de  
37 todos; Passando ao item II - Aprovação da Ata da 12ª Reunião, Posta em  
38 votação foi aprovada por unanimidade; Passando ao item III – Ordem do  
39 Dia, **Nº 1 – Apreciação / Certificação de metas do Progestão / Ana, do**  
40 **ano de 2015**; O Presidente chama para apresentar o Sr. Maurício da Veiga  
41 Jardim, Superintendente Executivo de Recursos Hídricos e membro desse  
42 conselho representando o Fórum Goiano de Comitês de Bacias; que: ratifica  
43 a necessidade da auto-avaliação das metas do Progestão, com a aprovação



CONSELHO ESTADUAL DE RECURSOS HÍDRICOS - CERHI

44 desse conselho, uma vez que só atingindo as metas, o Estado recebe os  
45 recursos pactuados no Progestão; Após a apresentação aos Conselheiros,  
46 **fica aprovado, pelos conselheiros, com a alteração do item referente a**  
47 **Outorga, sendo o mesmo rebaixado da nota 3 para a nota 2;** O  
48 Presidente, Vilmar Rocha, chega na reunião, cumprimenta a todos os  
49 conselheiros e os informa que o mês de Junho é o mês do Meio ambiente e  
50 que a Secult irá fazer uma agenda das atividades que acontecerão durante  
51 o mês de Junho e solicita a participação dos conselheiros; diz que em uma  
52 das atividades ou em uma específica, que o Governador assine o Plano  
53 Estadual de recursos Hídricos para que seja encaminhado à Assembléia  
54 Legislativa e que durante a discussão na assembléia ou após ser aprovado,  
55 deveremos continuar a discutir o mesmo; que Por muitos anos de  
56 experiência ele conhece vários planos que após serem aprovados “vão pras  
57 gavetas” e que ele quer, mesmo depois de aprovado o Plano, continuar  
58 discutindo para que as metas sejam cumpridas; Parabeniza o ministério  
59 Público pela criação do Fórum Estadual de Recursos Hídricos e diz que o  
60 mesmo pode subsidiar as atividades dos Recursos Hídricos na Secretaria;  
61 e por fim diz que a Secretaria tem dois desafios: 1º - Licenciamento  
62 ambiental e, 2º - a Outorga e informa que estão acontecendo algumas  
63 mudanças nos cargos da Secretaria: Superintendência de Recursos  
64 Hídricos e Superintendência de meio ambiente no sentido de Melhorar,  
65 Equipar e Dar meios para agilizar os processos de Outorga e Licenciamento  
66 e diz que essa não é uma questão apenas do Estado de Goiás, mas que é  
67 Nacional, que existe um projeto de Lei, muito polêmico, em discussão na  
68 Câmara dos Deputados para facilitar e agilizar o Licenciamento ambiental e  
69 que há muita rejeição a esse projeto; que Goiás está fazendo todo o esforço  
70 pra melhorar a Situação do Meio Ambiente; que agora, no mês de Junho  
71 será lançado um programa: Licença Ambiental Declaratória que atende o  
72 Licenciamento de pequeno impacto coma as outorgas sendo emitidas pela  
73 Internet; que existe uma deficiência de pessoal qualificado para essa  
74 situação e que está criando alternativas para subsidiar e equipar as  
75 Superintendências de Recursos Hídricos e Ambiental para que tenham  
76 condições para melhorar o atendimento aos processos de Outorga e de  
77 Licenciamento; que uma das alternativas é um convênio com a FAPEG –  
78 Fundação de Amparo e Pesquisa do Estado de Goiás para a colocação de  
79 Profissionais que ajudarão no trabalho da Secretaria; diz que esse Conselho  
80 de Recursos Hídricos é um conselho muito qualificado e que o mesmo pode  
81 ajudar na análise dos problemas que a Secretaria enfrenta; que, nossa  
82 missão até o final de 2018, é de deixar a Secretaria em condições muito  
83 melhores do que estão agora; Por fim, se despede dos Conselheiros e volta  
84 a palavra ao Presidente, em exercício, Mário João, que passa ao; **Nº 2 –**  
85 **Aprovação do Plano Estadual de Recursos Hídricos (aprovação da**  
86 **minuta de lei para encaminhamento à Assembléia Legislativa;** Fica  
87 aprovada pelos conselheiros; O Presidente Passando ao item III - Tribuna  
88 **Livre;** O primeiro a pedir a palavra foi, o conselheiro Wilson – AMAT-GO,  
89 que diz que quer deixar pontuado alguns assuntos que foram discutidos: 1º -

CONSELHO ESTADUAL DE RECURSOS HÍDRICOS - CERHi

90 Plano de Trabalho da FAPEG; ficando agendado uma Reunião  
91 Extraordinária do conselho para tratar desse assunto, no próximo dia 15/06  
92 a se realizar na sede do Ministério Público as 14 horas ficando desde já,  
93 todos os Conselheiros convocados para participarem dessa reunião; 2º -  
94 Lembra que após alguns conselheiros participarem de uma oficina realizada  
95 pela ANA- Agência Nacional de Águas, os mesmos ficam credenciados para  
96 participarem do processo de Avaliação de Metas do programa  
97 PROGESTÃO que acontecerá no Próxima ano, 2017; passada a palavra ao  
98 Conselheiro Alécio da IRRIGO-GO o mesmo diz que deve ser discutido um  
99 novo processa de outorga porque o atual está já tem mais de 6 anos e que  
100 não está atendendo satisfatoriamente; Por fim, após o encerramento da  
101 reunião pelo presidente, foi lavrada essa Ata, que enviada aos conselheiros  
102 por email, foi aprovada na 14ª reunião do CERHi, realizada no dia 31 de  
103 Agosto de 2016. Assinam essa ATA, o Secretário Executivo do Conselho,  
104 Ney Geraldo Borges, que a confeccionou e o Presidente do Conselho -  
105 Vilmar da Silva Rocha;

Goiânia, 31 de Agosto de 2016



Vilmar da Silva Rocha  
Presidente do CERHi



Ney Geraldo Borges  
Secretário Executivo do CERHi



CONSELHO ESTADUAL DE RECURSOS HÍDRICOS - CERHI

Ata da 14ª Reunião Ordinária do CERHI;

1  
2  
3 No Trigesimo Primeiro dia do mês de Agosto de 2016, (31/08/2016), às 9:00  
4 horas, em segunda chamada, no Auditório Jaime Câmara, no 9º Andar do  
5 Palácio Pedro Ludovico Teixeira, foi realizada a Décima Quarta (14ª) reunião  
6 do Conselho Estadual de Recursos Hídricos que foi presidida, por indicação  
7 do Presidente do Conselho **VILMAR DA SILVA ROCHA**, pelo Sr.  
8 **Maurício da Veiga Jardim Jacomo**, Superintendente Executivo de  
9 Recursos Hídricos e membro desse conselho representando o Fórum  
10 Goiano de Comitês de Bacias; Item I – Abertura da sessão e verificação do  
11 quórum; participaram da reunião os seguintes conselheiros: BENTO DE  
12 GODOY NETO e JOÃO RICARDO RAISER da Secretaria de Meio  
13 Ambiente, Recursos Hídricos, Infraestrutura, Cidades e Assuntos  
14 Metropolitanos (SECIMA); ANDRÉ DE OLIVEIRA AMORIM da Secretaria  
15 de Estado de Desenvolvimento Econômico, Científico e Tecnológico e de  
16 Agricultura, Pecuária e Irrigação – (SED); CLÁUDIO RODRIGUES DA  
17 SILVA da Agência Goiana de Regulação, Controle e Fiscalização de  
18 Serviços Públicos – (AGR); ÉRICO EMÍLIO COELHO e HENRIQUE LUIZ  
19 ARAUJO COSTA da Empresa de Saneamento de Goiás S/A - (SANEAGO);  
20 ANTÔNIO MARTINS BORGES NETO da Companhia Energética de Goiás -  
21 (CELG); ALÉCIO MARÓSTICA da Associação dos Irrigantes do Estado de  
22 Goiás – IRRIGO-GO; PEDRO SILVÉRIO PEREIRA e ELAINE  
23 FARINELLI LOPES NORONHA da Federação das Indústrias do Estado de  
24 Goiás – (FIEG); FÁBIO FLORIANO HAESBAERT da Associação de  
25 Mineradores de Águas Termais – AMAT; FRANCISCO GANZER NETO do  
26 Conselho Regional de Engenharia e Arquitetura de Goiás – (CREA-GO);  
27 KAREN DE ARAUJO TEIXEIRA da Pró Águas; MARCOS ANTONIO  
28 CORRENTINO DA CUNHA e Prof. JOSÉ VICENTE GRANATO DE  
29 ARAUJO da Associação Brasileira de Recursos Hídricos – (ABRH); e como  
30 ouvintes, YARA VANESSA P. FONSECA da Saneago; JONATHAS  
31 ABREU FERNANDES da Conciteg; RICARDO SANTOS COUTINHO –  
32 UTPA / MP-GO; MARCOS FRANCISCO CABRAL da Secima; FABRÍCIO  
33 DE CAMPOS PIRES SILVA da SECMA / SRH; VITOR HUGO ANTUNES  
34 da SED/AGRICULTURA; Conferida a Lista de presença e confirmado o  
35 quorum necessário, o Presidente da Reunião, Maurício da Veiga Jardim  
36 Jacomo, abriu os trabalhos saudando e agradecendo a presença de todos;  
37 Passando ao item II - Aprovação das Atas da 13ª Reunião Ordinária e da 6ª  
38 Reunião Extraordinária do CERHI, Postas em votação foram aprovadas  
39 por unanimidade; Passando ao item III – Ordem do Dia, Nº 1 –  
40 **Apresentação do Convênio que está sendo celebrado entre a**  
41 **Secretaria de Meio Ambiente, Recursos Hídricos, Infraestrutura,**  
42 **Cidades e Assuntos Metropolitanos – SECIMA e a Fundação de**  
43 **Amparo e Pesquisa do Estado de Goiás - FAPEG**; O Presidente Sr.





CONSELHO ESTADUAL DE RECURSOS HÍDRICOS - CERHI

44 Maurício da Veiga Jardim Jacomo, Superintendente Executivo de Recursos  
45 Hídricos e membro desse conselho representando o Fórum Goiano de  
46 Comitês Bacias; que após saudar a todos os presentes, diz que em uma  
47 reunião Extraordinária do Conselho foi apresentado e solicitado aos  
48 Conselheiros, que dessem suas contribuições à respeito do Plano, e que  
49 após as contribuições, será apresentado agora o Plano de trabalho, com as  
50 devidas alterações, e diz aos conselheiros que se durante a apresentação  
51 alguém tiver alguma contribuição será dada a palavra ao solicitante; Para  
52 apresentar o Plano, o Presidente passa a palavra para o Gerente de  
53 Planejamento e Apoio ao Sistema de Gestão de Recursos Hídricos da  
54 SECIMA, e Conselheiro, João Ricardo Raiser; Após saudar a todos os  
55 presentes disse que após a Reunião Extraordinária que aconteceu em  
56 15/06/2016 na sala 201 (Colégio de Procuradores de Justiça) da sede do  
57 Ministério Público do Estado de Goiás, optaram em reduzir e condensar o  
58 Plano; disse que a proposta inicial era formada por quatro eixos, e optaram  
59 em reduzir um pouco o processo passando de quatro para três eixos: O  
60 Primeiro, relacionado a regulamentação e controle dos usos da água que  
61 envolve o Sistema de Outorga e a Segurança de Barragens que é uma  
62 obrigação do Estado para cumprir as metas do programa PROGESTÃO,  
63 programa esse que a Agência Nacional de Águas – ANA, celebrou com  
64 alguns Estados; O Segundo relacionado a regulação e controle dos usos  
65 que envolvem o sistema de Outorga e também as questões relacionadas a  
66 Segurança de Barragens do Estado, que também é uma obrigação do  
67 Estado junto ao Programa Progestão; um outro item sobre onde está a  
68 maior carga de trabalho relacionadas a essa primeira linha de atuação, e a  
69 Terceira relacionada a capacitação e componentes do sistema integrado  
70 onde se busca instrumentos e produtos que favoreçam o Sistema de  
71 capacitação e a estruturação dos componentes do Sistema de controle dos  
72 Recursos Hídricos para fazê-lo funcionar melhor; Informa aos presentes,  
73 que foi assinado, entre o Governo de Goiás e Governo do Mato Grosso do  
74 Sul, um termo de parceria onde o Gov. de MS cederá a GO um sistema, que  
75 eles utilizam, que ajudará todo o sistema de Outorga. Aberta a palavra aos  
76 participantes, o Conselheiro André Amorim, representante da SED,  
77 apresenta uma sugestão que foi acatada; passada a palavra ao Conselheiro  
78 Francisco Ganzer, representante do CREA-GO, que apresenta algumas  
79 sugestões para melhorar o sistema de Outorga; em resposta o  
80 Superintendente Executivo de Recursos Hídricos da SECIMA, Maurício  
81 Jardim, explica que, dentro do convênio com a FAPEG, estão contemplados  
82 itens que ajudarão todo sistema de Outorga; Passada a Palavra a  
83 Conselheira Elaine Farinelli, representante da FIEG, que diz que o Sistema  
84 de Outorga em uso não está satisfatório e que precisa ser melhorado;  
85 passada a palavra ao conselheiro Alécio Maróstica, representante da  
86 IRRIGO-GO, que diz que o modelo de Outorga em vigência está  
87 ultrapassado e que o que precisamos é de um projeto onde todos os  
88 usuários sejam atendidos; em resposta o Superintendente Executivo de  
89 Recursos Hídricos da SECIMA, Maurício Jardim, explica que, esse plano de



CONSELHO ESTADUAL DE RECURSOS HÍDRICOS - CERHi

90 trabalho é uma estruturação que está sendo proposta exatamente para que  
91 as outorgas concedidas sejam feitas de forma segura e confiável; passada a  
92 palavra ao conselheiro Pedro Silvério, representante da FIEG, que diz que  
93 para que Goiás se desenvolva de maneira correta, o Plano precisa ser  
94 muito bem avaliado e que possa atender corretamente os setores, Hídrico,  
95 Produtivo e Ambiental de maneira conjunta; passada a palavra ao  
96 participante Victor Hugo, representante da SED / Meio Ambiente, que diz  
97 que o que falta para o Estado na Gestão de Recursos Hídricos e a interação  
98 dos setores de Meio Ambiente, Agricultura e Recursos Hídricos e que  
99 enquanto houver uma visão de Governo e não de Estado, o Sistema não  
100 funcionará; passada a palavra ao conselheiro Henrique Luiz, representante  
101 da SANEAGO, que diz que o CERHi, pode fazer o encaminhamento da  
102 demanda, dos produtores, a área do Meio Ambiente e que o mais eficiente é  
103 o tratamento de toda a Propriedade e não de áreas separadas; por fim, o  
104 Presidente Maurício Jardim diz aos conselheiros que todo o andamento da  
105 confecção do Plano será encaminhado ao CERHi, para que seja explanado  
106 e para que traga contribuições para a melhoria desse produto que está  
107 sendo apresentado; **Nº 2 – Priorização de Usos na Bacia do rio São**  
108 **Marcos** e para apresentar o Presidente passa a palavra ao Conselheiro  
109 Bento de Godoy, representante da SECIMA e Presidente do Comitê de  
110 Bacia hidrográfica do Rio Paranaíba ao qual a Bacia do Rio São Marcos faz  
111 parte, que cumprimenta a todos os participantes e diz: Hoje se enxerga um  
112 futuro conflito que ainda não está instalado mas que é potencial; explicando  
113 a situação, diz que hoje existe uma Usina Hidrelétrica na Bacia do São  
114 Marcos e ao seu montante, várias áreas de irrigação onde existe uma  
115 grande quantidade de Pivôs Centrais, a maior da América Latina, e que  
116 engloba os Estados de Goiás e Minas Gerais; que, através de um grupo de  
117 trabalho do Comitê, foi feita uma pesquisa que diz que as outorgas  
118 existentes já teriam que serem revistas por terem sido concedidas de  
119 maneira precipitada, e que não teria água, hoje, para atender as outorgas  
120 nos caracteres formais ou convencionais como é hoje; Diz que a condição  
121 de relevo da Bacia do rio São Marcos é muito favorável às produções  
122 agrícolas, Energia Elétrica e Agroindústrias e que por isso, transformou-se  
123 em uma área de disputa pelo seu uso e que, em função dessa disputa o  
124 comitê está discutindo as maneiras onde todos pudessem usufruir sem  
125 problemas; que em função dessa discussão, estão sendo realizadas  
126 algumas audiências públicas nas cidades de Cristalina, Paracatu, Itumbiara  
127 e Catalão e também por meio digital; que será feita uma oficina as 10 horas  
128 no dia 08/09/2016, que será realizada na sede da FIEG em Goiânia, e que  
129 para se chegar a essa conclusão a População foi amplamente ouvida; que  
130 já se tentou fazer um Marco Regulatório, feito pela ANA, mas que não ouve  
131 acordo entre os Estados para o seu uso; que a participação do Comitê  
132 nesse processo possa ajudar na melhora das atividades e que sirva, como  
133 exemplo, para outros Estados da União, uma proposta de solução de  
134 conflitos, nova; O conselheiro Francisco Ganzer, ao usar a palavra, diz que  
135 participou de uma reunião na ANA, em Brasília, e que lá apresentou uma



CONSELHO ESTADUAL DE RECURSOS HÍDRICOS - CERHI

136 solução que um dia irá acontecer: construir um linhão em uma Hidrelétrica  
137 do rio Corumbá e transportar um tronco, fazer uma transposição, e fazer um  
138 buster na usina, da quantidade de energia elétrica gerada pela área de  
139 Goiás e libera toda a água de Goiás para produzir; que esta seria a solução;  
140 que solicitou uma proposta ao pessoal do BNDES e que eles disseram que  
141 era simples de se fazer, que se sentassem a equipe toda e fazer uma  
142 engenharia financeira para 20/25 anos e ele sugeriu que o ICM gerado  
143 pelas áreas de irrigação, uma parte pagaria o Linhão, e que esse plano  
144 resolveria esses problemas para sempre; disse que nós não somos eternos,  
145 mas Cristalina é eterna, a água é eterna, Brasília é eterna e que essa é uma  
146 solução definitiva; que esse era o seu ponto de vista; solicitou ao Secretário  
147 Executivo do CERHi que suas palavras constassem na Ata da reunião  
148 porque daqui a 10/15 anos essa será a solução que usarão para resolver  
149 esses problemas; **Nº 3 – Regulamentação sobre definição de vazão**  
150 **mínima remanescente no TVR de empreendimentos de geração**  
151 **hidrelétrica;** e para apresentar o Presidente passa a palavra ao  
152 Conselheiro Antônio Martins Borges Neto, representante da CELG no  
153 conselho; ao cumprimentar a todos os presentes diz que esse assunto não  
154 é estratégico e tão importante como os outros que estão sendo tratados  
155 mas que é função do conselho deliberar e regulamentar as ações para que  
156 os órgãos subsidiados ao conselho possam trabalhar de maneira  
157 confortável e correta em entendimento com a legislação; que existe uma  
158 resolução do CERHi que regulamenta o sistema de outorga do uso das  
159 águas no Estado de Goiás e que essa resolução consolida os critérios de  
160 solicitação e análise de afluentes de suspensão e extinção e definem que a  
161 soma das vazões outorgadas na bacia não podem exceder a 50% da Q 95;  
162 que essa é a vazão de referência atual, em que os 50% é o limite de  
163 outorga; que o CNRH publicou uma resolução regulamentando essa  
164 situação que estabelece que esse trecho é separado e que não deve ser  
165 considerado como trecho de jusante de empreendimentos, que ele faz parte  
166 do conjunto do empreendimento; que a definição das vazões desse trecho é  
167 de atribuição do órgão outorgante e não é a mesma estabelecida pela QE  
168 95 que não regulamenta o uso para o trecho de TVR; e que para que o uso  
169 desse trecho não fique sujeito a questionamentos jurídicos seja  
170 estabelecida uma resolução igual a estabelecida pelo CNRH, resolução nº  
171 129 de junho de 2011; diz que a Secima, em suas outorgas, em função de  
172 não constar nas regras do CERHi, usa o que está estabelecido pelo CNRH,  
173 e sugere que se atualize as regras do CERHi para que não ocorra nenhum  
174 conflito; após se encerrar a apresentação do Conselheiro Antônio Martins, o  
175 presidente diz que nesses Trechos de Vazão Reduzida o Ministério Público  
176 interpretou que teria que ser outorgado 50% da Q 95, mas que nas  
177 avaliações de cálculo do sistema de outorga não, necessariamente, teria  
178 que ser destinado os 50%, que isso já é de praxe nas análises dos  
179 outorgantes; encerrada a apresentação do conselheiro Antônio Martins, o  
180 presidente Maurício diz que o Ministério Público interpretou que, nesse  
181 trecho de Vazão Reduzida tem que ser outorgado 50% da Q 95, mas nas



182 avaliações dos técnicos da Secima, no TVR tem que se fazer uma análise  
183 para ver a necessidade de quantidade de água, e que o que o conselheiro  
184 Antônio Martins propõe e que o CERHi estabeleça que o TVR deve ser  
185 avaliado como estabelece o CNRH para que não haja divergências; Aberta  
186 a palavra o Sr. Ricardo Coutinho, perito do MP-GO diz que está na reunião  
187 acompanhando os conselheiros do MP-GO, mas que eles tiveram um  
188 imprevisto e não puderam comparecer; diz que existem TRV pequeno, que  
189 estão muito próximos do Barramento mas existem, também, muitos TVR  
190 que tem uma extensão de quilômetros e que em suas avaliações, o MP-GO  
191 detectou que em vários desses pontos, não são respeitados o TVR  
192 estabelecido, na fase de projeto, e que tem que ser avaliado todo o trecho  
193 da TVR e também as necessidades ecológicas da área e que por isso o  
194 receio de que esse trecho seja avaliado somente pelo órgão gestor de  
195 águas porque ele não faz a avaliação ecológica e que essa avaliação deve  
196 ser fundamentada por um parecer técnico onde se trata da quantidade de  
197 água mas também, que trata da necessidade ecológica e esse  
198 procedimento é feito na fase de licenciamento ambiental; Solicita que esse  
199 assunto fosse aberto ao Ministério Público para conhecimento e  
200 manifestação e que esse tema fosse aberto em outra reunião para que o  
201 MP possa se manifestar; solicita ao conselheiro Antônio Martins que envie,  
202 aos conselheiros, todos os documentos que fundamentam esse pedido; o  
203 presidente esclarece que hoje não são emitidas outorgas para esses  
204 trechos, e sim uma declaração de reserva de disponibilidade hídrica e como  
205 a outorga faz parte do processo de licenciamento ambiental essa  
206 declaração e anexada ao processo; que a Área de Meio Ambiente analisa a  
207 parte ambiental daquele trecho; esclarece, então, que o processo e  
208 analisado, em conjunto, pela área de Recursos Hídricos e pela área de Meio  
209 Ambiente; o presidente esclarece que já existe um processo tramitando na  
210 Secima, por solicitação da CELG, e que está sendo elaborado e finalizado,  
211 um relatório Técnico que será anexado ao processo e assim encaminhado  
212 ao conselho para que seja discutido e aprovado; por solicitação dos  
213 conselheiros fica criada uma Câmara Técnica que avaliará essa discussão e  
214 trará para ser discutida na próxima reunião do conselho; Ficam nomeados  
215 para participar da câmara técnica os seguintes conselheiros: Bento de  
216 Godoy Neto, Marcos Antônio Correntino da Cunha, José Vicente Granato de  
217 Araujo, Antônio Martins Borges Neto e Juliano de Barros Araujo, totalizando  
218 5 participantes; **Passando ao item III - Tribuna Livre**; o conselheiro José  
219 Vicente apresenta uma sugestão para que as próximas reuniões do  
220 conselho tenham horário de início e fim e que se não conseguirem terminar  
221 as discussões, que seja marcada outra reunião, pelo fato que quando uma  
222 reunião demora para terminar ela se esvazia pelo fato dos conselheiros  
223 terem outros compromissos; A data da reunião da câmara técnica será  
224 definida e repassada aos seus membros; Por fim, após o encerramento da  
225 reunião pelo presidente, foi lavrada essa Ata, que enviada aos conselheiros  
226 por email, foi aprovada na 15ª reunião do CERHi, realizada no dia 30 de  
227 Novembro de 2016. Assinam essa ATA, o Secretário Executivo do





CONSELHO ESTADUAL DE RECURSOS HÍDRICOS - CERHi

228  
229  
230  
231  
232  
233  
234  
235  
236  
237  
238  
239  
240  
241  
242  
243  
244  
245  
246  
247  
248

Conselho, Ney Geraldo Borges, que a confeccionou e o Presidente do Conselho - Vilmar da Silva Rocha;

Goiânia, 30 de Novembro de 2016



---

Vilmar da Silva Rocha  
Presidente do CERHi



---

Ney Geraldo Borges  
Secretário Executivo do CERHi